

## NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER E O TERRITÓRIO

### NOTES ABOUT THE RELATIONSHIP BETWEEN POWER AND TERRITORY

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo\*

#### Resumo

As relações de poder no espaço geográfico são um dos campos de maior riqueza temática dentro do escopo teórico e metodológico da ciência geográfica. E, mais especificamente sobre ao cerne conceitual da Geografia, encontramos no conceito de território como principal mobilizador linguístico, analítico e operacional das relações de poder ocorrida no âmbito do espaço. Desta maneira, este texto se estabelece como uma contribuição no que tange a algumas das características que permeiam as relações de poder e seu trato espacial, e em específico no que concerne a Geografia, através do conceito de território.

**Palavras-chave:** Poder; Território; Geografia.

#### Abstract

The relations of power in geographic space are some of the most wealthy thematic fields within the theoretical and methodological scope of geographical science. And, more specifically about the conceptual core area of geography, we find the concept of the territory like main mobilizer of the linguistic, analytical and operational power relations occurred in the framework of space. Therefore, this article establishes itself as a contribution over to some of the characteristics that permeate the power relationship and their space tract, and in particular with regard to geography knowledge, through the concept of territory.

**Keywords:** Power; Territory; Geography.

---

\* Professor de Geografia do Magistério Público do Distrito Federal; doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro (UNESP-Rio Claro/SP); membro do Comitê Acadêmico da Geodiálogos: Revista Eletrônica de Diálogo e Divulgação em Geografia. Correio eletrônico: gcca99@gmail.com

## Introdução

Este texto não se configura nos moldes canônicos de um artigo científico, estando mais próximo de uma nota sintética de estudos, leituras e reflexões efetuadas durante o trajeto da pós-graduação em Geografia do presente autor no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília. Por isto, já como ressalva se coloca a extensão mais restrita e a seleção mais recortada dos autores e referências que servem de base para a exposição aqui proposta. Tendo esta premissa como ponto de partida, partimos então ao cerne atinente à este estudo, que é a questão do poder no(s) espaço(s), na configuração dos diferentes nuances territoriais, pois como diz Raffestin (1993, p. 144), “evidentemente o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”. E esta produção de território(s) se dará pelo poder e suas inter-relações.

Portanto, o espaço geográfico é a categoria primeira da Geografia. E nas modulações conceituais das quais tal premissa categorial da espacialidade do discurso geográfico se expressa, há o *território* que, em sua essência de evolução histórica, profundidade epistemológica e aplicabilidade prática, possui uma inerente dialogia com outra conceituação científica e filosófica, que é o *poder*, ou melhor, as *relações de poder*, que projetadas ou captadas pelo olhar geográfico nos oferecem suas características situacionais (o sítio=lugar, ação=movimento), dando assim o caráter dinâmico das múltiplas territorialidades que compõem conjunta, complementar e contraditoriamente a totalidade da fenomenicidade tempo-espacial do mundo.

### 1. Sobre o poder

Inevitavelmente, que a fundamentação destas características territoriais perpassa pelo conceito de poder, por isso faz-se necessário algumas

concepções de poder e suas fontes de emanção para com o território. E nesta relação do poder com o território é que inicialmente a concepção de poder se torna importante, e após este passo levar o conceito para suas zonas de uso corrente e também mais complexas, como o Estado, os governos e as classes sociais.

Dos principais autores que tratam da problemática do poder faremos uso de um concentrado conjunto de propostas, contando com uma pequena genealogia do conceito feita por Lebrum (1981); o poder discursivo e a maneira pela qual o poder ora foi tratado em sua proximidade com a economia, ora em relação à ciência jurídica, e como superar esta dicotomia de Michel Foucault (1979); a figuração do poder e suas formas extremadas nos conflitos sociais e sua relação com o uso da violência, em Hanna Arendt (1994); as interpretações políticas do poder em seu formato vertical de ação ao longo da história dos Estados e suas formas de governo, em Burdeau (2005) e Dallari (1976).

Gerard Lebrum (1981) faz um retorno histórico do poder. Basicamente o autor elabora uma dialética epistemológica entre a concepção clássica de poder dominador e coercitivo, historicamente ligado à ideia de Estado, e também busca e reflete sobre a crítica às teorias anglo-saxônicas do poder enquanto “soma zero” – uma herança da teoria dos jogos, onde em algum momento para cada dominado haverá um dominante e vice-versa, fechando o sistema em si. Neste sentido é que o autor nos apresenta a definição da ideia de poder, se aproximando do poder enquanto manifestação de forças:

Em suma, o poder não é *um ser*, “alguma coisa que se adquire, se toma ou se divide, algo que se deixa escapar”. É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, pátrio poder, poder do policial, poder do contramestre, poder do psicanalista, poder do padre, etc., etc.) (LEBRUM, 1981, p. 8).

Durante toda sua exposição, Lebrum (1981) valoriza o importante papel dos teóricos renascentistas e modernos em suas elucubrações a respeito do Estado. Em uma tentativa de aliar as teorias clássicas de poder central do

soberano ao poder multifacetado e diluído dos contemporâneos o autor propõe a transferência da dominação pela manipulação estatal, vistas nos dias de hoje pela aliança simbiótica entre liberalismo e regimes democráticos de governos. Portanto para o autor, “o Estado moderno é menos abertamente dominador, e mais manipulador; preocupa-se menos em reprimir a desobediência do que em preveni-la. É feito menos para punir do que para disciplinar” (LEBRUM, 1981, p. 33).

Segundo Foucault (1979), há uma diferenciação das forças existente entre os indivíduos de uma sociedade. Isto quer dizer que o poder não está localizado apenas em uma direção, localidade ou organismo como os Estados, escolas e prisões, mas sim em todas as trocas de experiência dos sujeitos.

A crítica do filósofo francês é pautada em duas extremidades de contrariedade em relação às concepções históricas de poder. Por um lado temos, como Lebrum (1981) ressalta, a tradição do poder estatal na figura do soberano, e por outro a corrente marxista de alinhamento do poder com as forças produtivas no desenrolar da história pelas sociedades. Nas palavras de Foucault temos a seguinte situação entre estes dois extremos:

No caso da teoria jurídica clássica o poder é considerado como um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, total ou parcialmente, por um ato jurídico ou um ato fundador de direito, que seria da ordem da cessão ou do contrato. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. Neste conjunto teórico a que me refiro a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria da ordem da troca contratual. [...] no outro caso – concepção marxista geral de outra coisa, da funcionalidade de econômica do poder. Funcionalidade econômica no sentido em que o poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível. O poder político teria neste caso encontrado na economia sua razão de ser histórica (FOUCAULT, 1979, p. 174-175).

O viés econômico que permeia a história é inegável, mas o importante é não deixar para trás o substrato que tanto as instituições quanto os interesses

econômicos fundamentam, ou seja, a repressão, dominação e manipulação não só dos soberanos, mas também de todos que por alguma contingência específica que estiver exercendo o domínio sob outro indivíduo ou comunidade: “o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe. Quando o discurso contemporâneo define repetidamente o poder como sendo repressivo, isto não é uma novidade” (FOUCAULT, 1979, p. 175).

Não há porque negar a mobilidade escalar do poder, indo dos mais colossais aparelhos estatais de controle até os comandos imperativos vociferados por coronéis ou burocratas em vilas e comunidades isoladas. Assim conseguimos extrair o caráter “essencialista” do poder, colocando-o como forças em processos contraditórios de manifestações:

A partir do momento em que tentamos escapar do esquema economicista para analisar o poder, nos encontramos mediatamente em presença de duas hipóteses: por um lado, os mecanismos do poder seriam de tipo repressivo, ideia que chamarei por comodidade de hipótese de Reich; por outro lado, a base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças, ideia que chamarei, também por comodidade, de hipótese de Nietzsche (FOUCAULT, 1979, p. 176).

Outra importante representante do pensamento político e filosófico contemporâneo, Hanna Arendt (1994) – apesar de haver concordância com o pensamento de Michel Foucault, a autora resgata a importância do poder coletivo, caso assim não fosse, a própria ideia de Estado perderia o seu fundamento<sup>1</sup> –, aprofunda na questão do poder de repressão do Estado, por meio da validação legítima do uso da violência adquirida pela justificativa de consenso de nomeação do aparelho estatal como protetor da ordem social.

---

<sup>1</sup> “O uso da força é um dos elementos da vida internacional. Nos Estados, o governo dispõe do monopólio legal do recurso à violência e o utiliza para tornar impossível o uso privado da coação física: a imagem normal da vida política é a de relação desenvolvida pacificamente pela negociação e a concessão, ou de regimes calmos, estabelecidos depois de breves choques, revoluções ou guerra civil: mesmo quando estas se prolongam, a luta armada surge como um elemento anormal contra a natureza” (BURDEAU, 2005, p. 203).

E nesta reflexão entre o poder, o jogo de forças e a validação da autoridade, é que Arendt explora a violência como expressão máxima de visibilidade concreta do poder manifestado. No entanto assim como há a necessidade desta aceitação coletiva, a autora também reitera que devemos conceber o poder em seu formato impessoal, coletivo, multiverso para além do indivíduo:

O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome (ARENDR, 1994, p. 36).

O poder acaba por se enraizar das instituições para os seus representantes pessoais, e o instrumento de sua perduração diante da população subalterna será a mais clara possível, a violência:

[...] Os que vivem sob um déspota não tem nenhum interesse pessoal em obedecer às injunções que lhe são feitas ou respeitar as proibições que vêm limitar sua liberdade. Se o senhor não pudesse recorrer à força física, ninguém se curvaria às suas ordens (CLAVALL, 1979, p. 23).

Por esta razão as punições aos dissidentes à ordem dominante serão avassaladoras e inegociáveis; assim o foram com os revoltosos na Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e mais do que punir, o objetivo principal era utilizar este símbolo do mando do poder como exemplificação para as outras pessoas, a favor ou não de algum tipo de posicionamento contrário aos comandos do rei.

Em concordância tanto com Foucault como Arendt, Georges Burdeau (2005) diz que o poder é o encontro desigual de forças. A manifestação desta desigualdade gerará a visibilidade do poder enquanto diminuição ou sobrepujamento dos dominados frente o comando e ordens de quem domina “todo o problema do Poder se deve a essa dualidade dos elementos que o

constituem e se influenciam reciprocamente: a vontade de um chefe e o poder de uma ideia que, a um só tempo, o sustenta e o supera” (BURDEAU, 2005, p. 6).

Além de Burdeau (2005), haverá outros autores que reafirmarão a importância do poder em grande magnitude, o poder do Estado. Esta concepção clássica, apesar de termos demonstrado a opinião dos autores em ultrapassá-la, ainda é recorrente nos estudos jurídicos e políticos. Por isso, assim como Lebrum (1981) lembra-nos da importância do poder estatal, é Dallari (1976, p. 40) que apresenta algumas diretrizes quando o interesse for discutir o Estado e suas maneiras de uso e manifestação do poder:

- a) O poder, reconhecido como necessário, quer também o reconhecimento de sua legitimidade, o que se obtém mediante o consentimento dos que a ele se submetem;
- b) Embora o poder não chegue a ser puramente jurídico, ele age concomitantemente com o direito, buscando uma coincidência entre os objetivos de ambos;
- c) Há um processo de objetivação, que dá precedência à vontade objetiva dos governados ou da lei, desaparecendo a característica de poder pessoal;
- d) Atendendo a uma aspiração à racionalização, desenvolveu-se uma técnica do poder, que o torna despersonalizado (poder do grupo, poder do sistema), ao mesmo tempo em que busca meios sutis de atuação, colocando a coação como forma extrema.

Eis que chegamos então na questão central da qual nos propomos tratar, que é a relação entre o Estado e o território. Não apenas geógrafos voltados a assuntos ligados à política irão defender o estudo desta relação. A negligência da Geografia para com a política é lembrada por Foucault (1979) em sua afirmação do protagonismo do espaço e dos geógrafos.

E também mais enfaticamente temos Burdeau (2005, p. 15) defendendo a retomada dos estudos históricos sobre o Estado e o território, pois se o território “[...] é assim ligado à ideia do Estado, ele exige, para que a ideia não se desagregue, que o Estado se empenhe em aprimorar as relações entre os indivíduos e seu contexto geográfico”. Por estas razões os geógrafos possuem

lugar cativo no aprofundamento de estudos a respeito desta relação, por seu arcabouço teórico e fundamentação conceitual:

As dimensões espaciais dos fatos do poder foram negligenciadas. A geografia política voltou-se prematuramente para a análise do Estado e não soube dissecar as engrenagens dos governos e sua articulação sobre a sociedade civil. A parte de influência, autoridade e poder que existe na sociedade civil à margem das estruturas propriamente políticas foi esquecida pela maioria dos sociólogos e economistas e exagerada pelos marxistas que negaram a importância do Estado, elemento da superestrutura, tratado com um desprezo um pouco altaneiro. Uma visão justa dos problemas implica que a extensão e a distância sejam levadas em conta em toda interpretação dos elementos sociais, e que seja concedido um lugar às assimetrias das arquiteturas sociais (BURDEAU, 2005, p. 215).

O que autor está afirmando nada mais é que a preocupação em unir esferas complementares, em uma análise que se volte para elementos como sociedade civil, território, instituições estatais, história cultural, características econômicas (e observemos que o mesmo critica o economicismo da história, assim como Foucault), e a revalidação da importância da superestrutura. Em suma, para se falar de indivíduo e sociedade há de se ter em mente que entre a terra e o homem há muito mais que instintos, valoração monetária e fins de uso imediato.

O poder e suas relações na sociedade possuem diferentes faces de manifestação, a depender da situação em que o mesmo está sendo analisado, por isto há como afirma Foucault ora a tendência econômica ora a histórica ou cultural.

E justamente por se tratar de uma conceituação de primeira grandeza nas ciências sociais é que o poder terá na Geografia um lugar cativo relacionado a estudos específicos do mesmo no que tange à sua expressão espacial. E neste sentido nos voltamos agora à maneira pela qual o poder passa a ser estudado na ciência geográfica, ou seja, por meio de seu potencial político, econômico e cultural.



## 2. Poder e espaço geográfico, as faces do território

Relembrando a introdução onde com o auxílio de Claude Raffestin (1993) reverberou-se a primazia categorial do espaço ante a conceituação territorial. Pode-se neste momento propor um aprofundamento em relação a este importante e imprescindível conceito-chave do pensamento geográfico, que é o território. Vejamos o que diz Marcos Saquet (2007, p. 142) sobre o território, nos apresentando uma definição ampla e contundente sobre este conceito:

O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível do visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem.

Também o próprio Raffestin (1993) que reincidentemente com a premissa espacial nos conecta diretamente com o que foi exposto anteriormente sobre as relações de poder, mas, neste, caso estas relações são observadas e analisadas em sua expressão espacial, ou melhor, geograficamente. Para o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

E por meio desta citação voltamos à *situação*, ou seja, a ação do poder num determinado lugar (sítio) configurando assim o que outros autores chamarão da presença política e da própria política no espaço geográfico, que acabou por se tornar ao longo dos anos um dos ramos mais profícuos de estudos pela Geografia.

Na confluência da presença das relações de poder no espaço geográfico com a potência material de análise deste posicionamento que o território se fortalece epistemologicamente. Em suma, é pelo território que a materialidade da realidade objetiva se torna passível de análise teórica e metodologicamente pelo labor geográfico, pois nele se agregam a potência e inerência material do mundo em que vivemos em conjunto com as relações sociais (de poder), formando assim múltiplos territórios e territorialidades.

E neste entendimento do conceito de território consideram-se as facetas simbólica e subjetiva que compõem estes territórios, pois além do domínio, controle e posse da terra, há a *filiação* a esta área do espaço geográfico, que lhe dá uma significação própria, engendrando assim as territorialidades<sup>2</sup>, que, somadas às relações de poder, aumentam consideravelmente o grau de importância que os territórios possuem para um indivíduo ou uma sociedade: “A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima.” (SANTOS, 1996, p.51).

E seguindo justamente este ponto de vista dual entre o material e imaterial que Iná Elias Castro (2005, p. 41) nos apresenta uma sucinta e ao mesmo tempo abrangente colocação a respeito do ramo da Geografia que se ocupa com as relações de poder no território, que é a geografia política, conforme segue:

[...] É possível afirmar que as questões e os conflitos de interesses, surgem das relações e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o

---

<sup>2</sup> “Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se encontram os temas e questões do campo da geografia política.

Vê-se desta maneira que a amplitude dos estudos pertinentes ao território e por consequência à geografia política é imensa. Esta característica de diversidade temática se deve primeiro ao fato de a própria ciência geográfica possuir já em seu âmago formativo uma visão que procura alçar a totalidade entre o natural e o social, o ser humano e o meio que este vive.

Na outra vertente há também a questão da compreensão do território como sendo não só o aporte material das relações sociais (e de poder) que nele se expressam espacialmente, mas também, pelo fato deste não admoestar sobre as significações que fazem parte deste cadinho político e simbólico que é o território, e ao quais todos os indivíduos e sociedades fazem parte.

Nas últimas décadas com o avanço da corrente crítica no pensamento geográfico o que se observa também é a modulação do território dentro das fronteiras dos estudos que correlacionam à crítica a economia política com a sua ação, interferência e consequências no território. Isto se deve porque cada vez mais assistimos a uma disputa no que tange às potencialidades econômicas do meio, e nisto se inclui os aspectos naturais, sociais e simbólicos (LEFEBVRE, 2008).

Molda-se assim na atualidade uma nova situação de uso e exploração do espaço geográfico, que em seu entendimento analítico enquanto território expõe estas disputas nas relações de poder, nas trocas comerciais, nos processos de valoração e valorização de investimentos, enfim, dá ao território o seu inegável papel de protagonista no entendimento da realidade contemporânea sob hegemonia do modo de produção capitalista:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).

Pela análise política, econômica ou simbólica o que podemos visualizar nestas breves colocações é justamente a importância e relevância da expressão espacial dos fenômenos em diferentes escalas e contextos, no desenvolvimento conceitual e metodológico do território. Como diria o filósofo Michel Foucault (2006, p. 411), sobre a importância do espaço, “a nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço. Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso”.

A partir deste protagonismo espacial é perceptível seu direcionamento em duas vertentes analíticas no que compete aos estudos geográficos: a econômica e a política. Na primeira há a presença da ala crítica fundamentos principalmente numa interpretação pautada no materialismo histórico e dialético e no que tange ao campo político ocorre uma aproximação com outras ciências como a Sociologia, Ciência Política e Antropologia, já que o foco parte da questão das formas de controle, domínio e expressão das relações de poder no território.

E mais recentemente a questão da territorialidade tem tomado evidência por sua importante representatividade no que diz respeito à presença da cultura no espaço geográfico, e mais que isto, na própria apropriação desta característica pelo capitalismo, em uma modulação *estética* de seus parâmetros fundamentais (LEFEBVRE, 2008).

## Considerações finais

Como diz o filósofo Michel Foucault (2006) vivemos na era do espaço, onde as conexões, a circulação, a mobilidade e a extensão e (i)limitações ocupam lugar central na contemporaneidade, e por isto é que os geógrafos e a Geografia devem assumir tal responsabilidade de esmiuçar esta fenomenicidade e multiplicidade fática da realidade por meio do olhar geográfico, e em espacial à temática aqui apresentada, no uso, aplicação e aprofundamento do conceitos de poder e território.

A gama de aplicação destes conceitos e conseqüentemente de seus desdobramentos teóricos e metodológicos é imensurável. E não somente no seio da ciência geográfica ambos encontram eco, mas também, em todas as áreas correlatas à Geografia que tratam direta ou indiretamente de temáticas relacionadas às implicações das formas de manifestação ou ação do poder no espaço. Eis por fim um campo de estudos da maior proficuidade, obtendo uma abertura de análise tão ampla quanto complexos são os fenômenos sociais no espaço geográfico.

## Referências Bibliográficas

ARENDET, Hanna. *Sobre a Violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BURDEAU, Georges. *O Estado*. São Paulo: Martins Fontes 2005.

CASTRO, Iná Elias. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1976.

FOULCAULT, Michel. Outros Espaços. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais do...* São Paulo: USP, 2005.

LEBRUM, Gerd. *O que é poder?* Tradução de Renato J. Ribeiro Silva Lara. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. Território Territórios, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense / Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.